

**FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI**

CNPJ:11.513.961/0001-16

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO	
	2015	2014	2015	2014
<b>Ativo</b>	<b>78.304.769,37</b>	<b>76.014.607,30</b>	<b>78.304.769,37</b>	<b>76.014.607,30</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>77.769.978,44</b>	<b>75.827.646,23</b>	<b>78.304.769,37</b>	<b>76.014.607,30</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>74.831.105,62</b>	<b>75.213.991,11</b>	<b>9.820.255,47</b>	<b>15.030.935,15</b>
<b>Caixa Recursos sem Restrição</b>	<b>584,98</b>	<b>1.688,53</b>	<b>191.801,43</b>	<b>42.721,79</b>
Caixa (Estadual)	584,98	1.688,53	191.801,43	42.721,79
<b>Caixa Recursos com Restrição</b>	<b>1.206,86</b>	<b>1.655,83</b>	<b>9.628.454,04</b>	<b>14.988.213,36</b>
Caixa (Federal)	1.206,86	1.655,83	77.444,56	39.942,59
<b>Bancos Conta Movimento com Restrição</b>	<b>0,00</b>	<b>3.817.271,51</b>	<b>64.792,00</b>	<b>67.654,00</b>
Caixa Econômica Federal	0,00	3.817.271,51	63.082,00	63.579,00
<b>Aplicação Financeira sem Restrição</b>	<b>3.261.087,62</b>	<b>2.929.073,78</b>	<b>46.517,05</b>	<b>45.333,86</b>
Banco do Brasil	3.261.087,62	2.929.073,78	46.517,05	45.333,86
<b>Aplicação Financeira com Restrição</b>	<b>71.568.226,16</b>	<b>68.464.301,46</b>	<b>199.287,29</b>	<b>199.328,84</b>
Banco do Brasil (s.e./comite)	801.482,91	663.951,88	146.750,61	146.781,20
Poupança C.E.F.- 013-12-282-7	70.766.732,97	67.752.498,39	52.536,68	52.547,64
Poupança C.E.F.- Outras Fontes	10,28	47.851,19	34.641,85	48.666,18
<b>Créditos</b>	<b>2.889.309,71</b>	<b>567.617,85</b>	<b>376.973,55</b>	<b>437.416,42</b>
<b>Convênio/contratos a Receber</b>	<b>2.889.309,71</b>	<b>567.617,85</b>	<b>376.973,55</b>	<b>437.416,42</b>
Recursos Estaduais a Receber	191.079,02	125.512,46	1.229.436,07	3.467.071,84
Recursos Federais a Receber	2.279.145,76	442.105,39	1.229.436,07	3.467.071,84
Recursos Ecocuenças a Receber	419.084,93	0,00	0,00	0,00
<b>Adiantamentos</b>	<b>23.293,73</b>	<b>17.729,39</b>	<b>7.357.092,61</b>	<b>10.682.799,63</b>
<b>Adiantamentos</b>	<b>23.293,73</b>	<b>17.729,39</b>	<b>7.357.092,61</b>	<b>10.682.799,63</b>
Adiantamento de Férias	23.293,73	17.729,39	242.269,06	0,00
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>8.169,38</b>	<b>10.206,18</b>	<b>65.131.275,68</b>	<b>57.959.898,91</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>8.169,38</b>	<b>10.206,18</b>	<b>63.298.512,12</b>	<b>56.995.947,03</b>
Despesas Antecipadas (Federal)	5.573,22	5.664,15	22.521.401,25	27.094.700,88
Despesas Antecipadas (Estadual)	2.596,16	4.542,03	13.461.729,61	22.925.396,93
<b>Outros Créditos</b>	<b>18.100,00</b>	<b>18.101,70</b>	<b>9.059.671,36</b>	<b>4.148.010,19</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>18.100,00</b>	<b>18.101,70</b>	<b>9.059.671,36</b>	<b>4.148.010,19</b>
Garantias de Aluguel	18.100,00	18.100,00	0,00	21.293,76
Tarifas Bancárias a Compensar	0,00	1,70	0,28	0,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>534.790,93</b>	<b>186.961,07</b>	<b>37.290.408,55</b>	<b>29.901.246,15</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>419.084,93</b>	<b>0,00</b>	<b>2007</b>	<b>0,00</b>
<b>Recursos Ecocuenças a Receber L.P.</b>	<b>419.084,93</b>	<b>0,00</b>	<b>2008</b>	<b>0,00</b>
Recursos Ecocuenças a Receber L.P.	419.084,93	0,00	2009	1.557.458,68
<b>Ativo Imobilizado</b>	<b>115.706,00</b>	<b>186.961,07</b>	<b>2010</b>	<b>1.014.379,84</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>350.531,93</b>	<b>468.995,67</b>	<b>2011</b>	<b>0,00</b>
Veículos	101.528,00	206.605,00	<b>2012</b>	<b>1.578.391,52</b>
Computadores Hardware	137.342,04	152.640,78	<b>2013</b>	<b>4.150.335,54</b>
Móveis e Utensílios	100.773,36	98.861,36	<b>2014</b>	<b>10.455.884,64</b>
Instalações	6.346,03	6.346,03	<b>2015</b>	<b>18.533.958,33</b>
Equipamentos Eletrônicos	4.542,50	4.542,50	<b>Ações de Apoio a Gestão</b>	<b>1.129.120,57</b>
<b>(-) Depreciação</b>	<b>-234.825,93</b>	<b>-282.034,60</b>	<b>Ações de Apoio</b>	<b>1.129.120,57</b>
(-) Veículos	-87.702,23	-149.707,03	<b>Programa Aplicação Plurianual</b>	<b>2.357.581,75</b>
(-) Computadores Hardware	-78.039,82	-77.656,77	<b>Programa Aplicação Plurianual</b>	<b>2.357.581,75</b>
(-) Equipamentos Eletrônicos	-2.330,50	-1.856,50	<b>Provisão para Contingências</b>	<b>435.203,64</b>
(-) Móveis e Utensílios Escritório	-62.496,38	-49.460,30	<b>Provisão para Contingências</b>	<b>435.203,64</b>
(-) Instalações	-4.257,00	-3.354,00	<b>Recursos Diferidas (Estadual)</b>	<b>801.659,12</b>
			<b>Recursos Diferidas (Estadual)</b>	<b>801.659,12</b>
			<b>Recursos Estaduais (S.E./comite)</b>	<b>655.985,98</b>
			<b>Rendimento Aplicação(S.E./comite)</b>	<b>145.673,14</b>
			<b>Projeto Ecocuenças L.P.</b>	<b>595.900,80</b>
			<b>Projeto Ecocuenças L.P.</b>	<b>595.900,80</b>
			<b>Projeto Ecocuenças L.P.</b>	<b>595.900,80</b>
			<b>Patrimônio Social</b>	<b>3.353.238,22</b>
			<b>Patrimônio Social</b>	<b>3.353.238,22</b>
			<b>Resultados Acumulados</b>	<b>440.698,73</b>
			<b>Superávit do Exercício</b>	<b>329.464,98</b>
			<b>Bens (Transferidos Consórcio)</b>	<b>110.233,75</b>
			<b>Patrimônio Social</b>	<b>1.000,00</b>
			<b>Fundo Patrimonial</b>	<b>2.912.539,49</b>
			<b>Fundo Patrimonial</b>	<b>2.664.029,18</b>

Reconhecemos a exatidão do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 78.304.769,37 (Setenta e oito milhões, trezentos e quatro mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos), bem como a Demonstração do Superávit (ou Déficit) do Exercício, no valor de R\$ 329.464,98 (trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos) Piracicaba, 31 de Dezembro de 2015

Sérgio Razera - Diretor-Presidente - CPF: 015.929.298-00

Luis Carlos Marin Giusti - Contador - CRC: 1SP 146.439/O-5

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**I - Contexto Operacional:**  
**Nota 1)** A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.  
 A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estrutura técnica e administrativa de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ.  
**II - Apresentação das demonstrações:**  
**Nota 2)** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 que alteram artigos da Lei nº 6.404/76 e, nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais quais a Resolução CFC nº 1.409/12, NBC T 10.19 (entidade sem finalidade de lucros), Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas), Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.  
**III - Formalidade da Escrituração Contábil:**  
**Nota 3)** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.  
**Nota 3.1)** Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.  
**Nota 3.2)** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro "Diário Geral de Contabilidade" da Entidade e posteriormente, registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.  
**Nota 3.3)** A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.  
**Nota 3.4)** A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.  
**IV - Resumo das práticas contábeis:**  
**Nota 4)** A prática contábil adotada para apuração do resultado, segue o regime de competência de exercícios para apropriação de receitas e despesas correspondentes.  
**Nota 5)** O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.  
**Nota 5.1)** O Ativo é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante, estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.  
**Nota 5.2)** O Passivo é composto pelas obrigações da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante, estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).  
**Nota 5.3)** O Patrimônio Social representa a "situação líquida" da entidade, e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;  
 - Bens (transferidos do Consórcio PCJ - Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ); representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Fundação Agência das Bacias PCJ;  
 - Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;  
 Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos;  
**Nota 7)** A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário;  
**Nota 8)** O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, no valor de R\$ 191.079,02 (cento e noventa e um mil, e setenta e nove reais e dois centavos), são referentes aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2015, a ser repassado a Fundação Agência das Bacias PCJ em 2016;  
**Nota 9)** O saldo da conta Recursos Federais a Receber, no valor de R\$ 2.279.145,76 (dois milhões, duzentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), são referentes aos recursos a receber da Agência Nacional de Águas - A.N.A., com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2015, a ser repassado a Fundação Agência das Bacias PCJ em 2016;  
**Nota 10)** Os Contratos/Fornecedores, firmados para a prestação de serviços à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, apresentavam saldos na data do encerramento do exercício, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Contratos / Fornecedores 2012			
Contrato	Empresa	Vigência	Saldo
Ct 38/2012	Fundação Centro Tecnológico e Hidráulica - Fcth	28/12/2012 à 27/06/2017	723.504,72
Contratos / Fornecedores 2013			
Contrato	Empresa	Vigência	Saldo
Ct 25/2013	B&b Engenharia Ltda	16/09/2013 à 16/04/2016	346.653,29
Ct 26/2013	N.S. Engenharia Sanitária Ambiental S/c Ltda	6/09/2013 à 16/04/2016	182.460,17
Contratos Fornecedores 2014			
Contrato	Empresa	Vigência	Saldo
Ct 07/2014	Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba	07/03/2014 à 06/03/2016	5.940,00
Ct 08/2014	Mc Projetos de Comunicação Ltda	28/03/2014 à 27/03/2016	1.500,00
Ct 23/2014	Fundação Centro Tecnológico e Hidráulica - FCTH	05/06/2014 à 04/06/2018	3.855.015,40
Ct 39/2014	Aventuras Produções e Edições Educativas Ltda	05/11/2014 à 05/02/2016	47.500,00
Ct 40/2014	Unimed Piracicaba Soc. Cooperativa Serviços Médicos	11/12/2014 à 10/12/2016	217.842,22
Ct 41/2014	Vegas Card do Brasil Cartões de Crédito Ltda	23/12/2014 à 22/02/2016	76.674,34
Contratos Fornecedores 2015			
Contrato	Empresa	Vigência	Saldo
Ct 08/2015	Manifesta Cerimonial Ltda - Me	19/01/2015 à 18/01/2016	36.758,37
Ct 12/2015	Pira Cópia Comércio e Serviços Ltda	04/03/2015 à 03/03/2016	9.223,60
Ct 13/2015	Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba	19/03/2015 à 18/03/2017	84.000,00
Ct 14/2015	Ponto Oito Organização de Eventos Ltda - Me	25/03/2015 à 31/03/2017	58.556,00

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO		
	2015	2014
<b>Receitas Federais</b>	<b>21.582.338,21</b>	<b>17.279.340,26</b>
Receita Transferência Federal (repasses)	9.820.872,99	12.036.668,75
Receita Transferência Federal (custeio federal)	1.304.863,53	1.278.618,46
Receita Transferência Federal (ações de apoio)	1.105.368,39	544.691,67
Receita Transferência Federal (pap)	9.351.233,30	3.419.361,38
<b>Receitas Estaduais</b>	<b>1.478.996,06</b>	<b>1.424.081,46</b>
Receita Transferência Estadual (custeio estadual)	1.439.277,38	1.404.178,82
Receita Transferência Estadual (secretaria executiva)	39.718,68	19.902,64
<b>SUPERÁVIT BRUTO</b>	<b>23.061.334,27</b>	<b>18.703.421,72</b>
<b>Despesas Federais</b>	<b>-21.632.211,88</b>	<b>-17.326.618,28</b>
Custeio Federal	-1.354.737,20	-1.325.896,48
Repasses para programas de recursos hídricos	-9.820.872,99	-12.036.668,75
Ações de apoio	-1.105.368,39	-544.691,67
Programa de aplicação plurianual	-9.351.233,30	-3.419.361,38
<b>Despesas Estaduais</b>	<b>-1.296.514,82</b>	<b>-1.325.806,62</b>
Custeio Estadual	-1.256.796,14	-1.305.903,98
Despesas Secretaria Executiva Comitês PCJ (estadual)	-39.718,68	-19.902,64
<b>Despesas/receitas financeiras</b>	<b>274.380,62</b>	<b>215.809,34</b>
Despesas Financeiras (estaduais)	-104.880,53	-58.558,41
Despesas Financeiras (federais)	0,00	-209,58
Receita Financeira (estadual)	379.261,15	274.577,33
<b>Despesas Tributárias</b>	<b>-77.523,21</b>	<b>-65.844,45</b>
Despesas Tributárias (recursos federais)	0,00	-61,00
Despesas Tributárias (recursos estaduais)	-77.523,21	-65.783,45
<b>SUPERAVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>329.464,98</b>	<b>200.961,71</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL		
	2015	2014
Saldo Início	1.000,00	1.000,00
Saldo Final	1.000,00	1.000,00
<b>(=) Patrimônio Social</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>
Superávit Início	0,00	0,00
Superávit do Exercício	329.464,98	200.961,71
Bens (Transferidos do Consórcio)	110.233,75	157.782,35
<b>(=) Resultados Acumulados</b>	<b>439.698,73</b>	<b>358.744,06</b>
<b>Fundo Patrimonial</b>	<b>2.912.539,49</b>	<b>2.786.535,92</b>
(-) Ajuste Exercícios Anteriores	0,00	-122.506,74
<b>(=) Patrimônio Social Total</b>	<b>3.353.238,22</b>	<b>3.023.773,24</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
	2015	2014
<b>Recursos Recebidos</b>		
Federais	15.248.046,40	
Estaduais	1.373.710,82	
Estaduais (Secretaria Executiva Comitês)	90.212,07	
Outros Recursos	-50.285,97	
<b>Pagamentos Realizados</b>		
Aquisições de Bens e Serviços - Federal	-360.624,27	
Aquisições de Bens e Serviços - Estadual	-589.242,57	
Aquisições de Bens e Serviços - Secretaria Executiva Comitê	-27.201,79	
Salários e Encargos Sociais do Pessoal - Federal	-929.499,09	
Salários e Encargos Sociais do Pessoal - Estadual	-765.000,21	
Despesas Tributárias - Contas Federal	1,70	
Despesas Tributárias - Contas Estadual	-67.812,90	
Despesas Tributárias - Contas Secr. Execut. Comites	-12.693,10	
Repasses para Empreendimentos Contratados - Federal	-9.820.636,11	
Ações de Apoio	-1.106.203,18	
Programa de Aplicação Plurianual	-9.136.326,31	
<b>(=) Caixa Líquido Gerado - Atividades Operacionais</b>	<b>-6.153.560,51</b>	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Rendimentos de Poupança Caixa Econômica Federal	5.309.903,96	
Rendimentos de Aplicação Financeira - Estadual	379.261,15	
Rendimentos de Aplicação Financeira - Secretaria Executiva Comitês	87.213,85	
Rendimentos de Poupança - Outros Recursos	2.445,06	
Aquisição de Bens e Direitos para o Ativo - Federal	-8.149,00	
<b>(=) Caixa Líquido Gerado - Atividades Investimento</b>		

**continuação**

**Nota 11)** O imobilizado foi registrado da seguinte forma:

Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada;

**Nota 12)** No dia 02 de fevereiro de 2015, através do Termo de Doação nº 001/ANA/2015, foram doados 71 (setenta e um) bens de informática, considerados inservíveis, à OSCIP Instituto Rumo, sendo destinados às atividades regimentais desse instituto, sendo as respectivas doações baixadas do ativo imobilizado da entidade.

No dia 18 de dezembro de 2015, através dos Termos de Doação nºs 007/ANA/2015, 008/ANA/2015, 009/ANA/2015, foram doados 02 (dois) veículos ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), 01 (um) veículo à Prefeitura Municipal de Camanducaia e 01 (um) veículo à Prefeitura Municipal de Itapeva para a realização de suas atividades previstas em seus respectivos regimentos internos, sendo as respectivas doações baixadas do ativo imobilizado da entidade.

**Nota 13)** Em atendimento ao princípio da competência foram realizados pagamentos em 2015, provisionados até a data de 31/12/2014, na esfera federal, no montante de R\$ 104.931,32 (cento e quatro mil, novecentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), que representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, ressarcimento de despesas de viagem a pagar assumidos no exercício social de 2014, mas que saíram das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2015, conforme demonstrado abaixo:

Valores Provisionados em 2014 com pagamentos em 2015 - Federal	Valores Em Reais
IRRF sobre Terceiros A Pagar	3.415,54
Retenção 4,65%	4.541,23
Ressarcimento de Desp. de Viagem	110,00
Ponto Oito Organização de Eventos	3.444,00
Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba	4.290,00
Empresa Brasileira de Correios	7.171,64
Atende Soluções Empresariais Eireli Me	3.247,91
Jornais TRP Imp e Exp Maq Gráficas em Geral	190,00
Panorama Diário com Publicidade Ltda	434,00
Salários a Pagar	63.579,00
Lztv Produções Audiovisuais Ltda	11.750,00
Pro-ambiente Assessoria Ambiental Ltda	2.758,00
Total	104.931,32

**Nota 13.1)** Ainda em atendimento ao princípio da competência foram provisionados até a data de 31/12/2015, na esfera federal, o montante de R\$ 303.083,45 (trezentos e três mil, oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos), que representa compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, aluguéis a pagar e condomínios a pagar assumidos no exercício social de 2015, mas que saíram das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Valores Provisionados Em 2015 Com Pagamentos Em 2016 - Federal	Valores Em Reais
Agência Torres Passagens e Turismo	598,40
Audimaxi Auditoria Ltda	2.298,33
Empresa Brasileira de Correios	10.359,13
Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica	126.098,63
Torrefações Noivaicolineses Ltda	83,88
Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba	2.970,00
Manifesta Cerimonial Ltda Me	36.758,33
Paulo Eduardo Stucchi de Carvalho - Me	4.800,00
Salários a Pagar	54.237,00
Estágios a Pagar	1.710,00
INSS sobre Terceiros a Recolher	803,19
IRRF sobre Terceiros a Recolher	11.768,42
ISSQN sobre Terceiros a Recolher	169,23
Retenção 4,65%	36.539,86
Aluguéis a Pagar	8.210,77
Condomínios a Pagar	5.678,28
Total	303.083,45

**Nota 14)** Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados valores em 2014, na esfera estadual, no montante de R\$ 112.829,67 (cento e doze mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), que representa compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, impostos e encargos sociais, tarifas bancárias, aluguéis/condomínios, estagiários, assumidos no exercício social de 2014, mas que saíram das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2015, conforme demonstrado abaixo:

Valores Provisionados Em 2014 Com Pagamentos Em 2015 - Estadual	Valores em Reais
Aluguéis a Pagar	7.164,43
IRRF sobre Terceiros a Pagar	139,54
Condomínio a Pagar	4.246,22
FGTS a Pagar	11.219,10
INSS a Pagar	32.712,37
Rezecon Contabilidade	3.478,25
PIS sobre Folha a Pagar	1.402,39
Audimaxi Auditoria Ltda	2.068,50
INSS sobre Terceiros a Pagar	1.073,80
ISSQN a Pagar	244,04
IRRF sobre Rendimentos	30.528,44
Estágios a Pagar	4.075,00
Maroun Advogados Associados	3.889,49
Tarifas Bancárias a Pagar	10.588,10
Total	112.829,67

**Nota 14.1)** Valores provisionados em 2015, na esfera estadual, no montante de R\$ 112.113,44 (cento e doze mil, cento e treze reais e quarenta e quatro centavos), representa compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, impostos e encargos sociais e tarifas bancárias, assumidos no exercício social de 2015, mas que saíram das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Valores Provisionados Em 2015 Com Pagamentos Em 2016 - Estadual	Valores Em Reais
Maroun Advogados Associados	4.115,00
Rezecon Contabilidade	3.601,73
Mirian Borges da Silva Me	118,00
Salários a Pagar	8.845,00
INSS a Pagar	33.670,46
FGTS a Pagar	11.378,42
PIS sobre Folha A Pagar	1.468,17
IRRF sobre Rendimentos	28.163,86
Tarifas Bancárias a Pagar	20.752,80
Total	112.113,44

**Nota 15)** Férias a Pagar e Encargos: Foram "provisionados" com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço patrimonial;

**Nota 16)** A conta Recursos Federais (ANA), é uma Receita Diferida e representa toda a entrada de recursos federais (ANA) oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Do total arrecadado, juntamente com os rendimentos financeiros, a entidade pode utilizar-se de até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio operacional. O saldo restante de 92,5% (noventa e dois e meio por cento) é dividido entre Ações de Apoio, Repasse para os Empreendimentos Contratados e o Plano de Aplicação Plurianual. Ressalta-se que a Resolução ANA nº 2018, de 15 de dezembro de 2014, estabelece que os recursos arrecadados e os respectivos rendimentos financeiros não utilizados no exercício financeiro poderão ser utilizados no exercício subsequente, observada a limitação ora mencionada.

**COBRANÇA FEDERAL - 2015**

Meses	Arrecadação 2015 em Reais	Rendimentos Financeiros 2015 em Reais	Limite p/ Custeio 2015 (7,5%) em Reais
Janeiro/15	16.321,73	400.571,30	31.266,98
Fevereiro/15	36.735,58	427.856,77	34.844,43
Março/15	1.740.643,73	362.313,16	157.721,77
Abril/15	1.692.109,55	464.906,02	161.776,17
Maió/15	101.982,72	372.990,32	35.622,98
Junho/15	3.262.254,65	472.994,52	280.143,69
Julho/15	1.669.554,09	454.113,20	159.275,05
Agosto/15	1.653.637,48	479.653,12	159.996,80
Setembro/15	1.621.180,31	506.440,28	159.571,54
Outubro/15	267.507,20	463.865,20	54.852,93
Novembro/15	3.360.082,35	414.455,08	283.090,31
Dezembro/15	1.663.077,38	489.744,99	161.461,68
Total	17.085.086,77	5.309.903,96	1.679.624,30

**Nota 17)** O valor utilizado pela entidade para custeio federal (7,5%) foi de R\$ 1.304.863,53 (um milhão, trezentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e três

reais e cinquenta e três centavos), sendo que nesse valor para essa finalidade (custeio) não foi considerado o valor da depreciação dos bens transferidos do Consórcio PCJ no montante de R\$ 43.190,11 (quarenta e três mil, cento e noventa reais e onze centavos), bem como a despesa de doação referente aos bens transferidos do Consórcio PCJ no montante de R\$ 6.683,56 (seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos), conforme quadro abaixo:

DESPESAS DE CUSTEIO FEDERAL Discriminação das Despesas	Valores em Reais
Despesas Trabalhistas	854.236,79
Despesas Gerais	421.096,34
Depreciação Bens Fundação	29.530,40
Depreciação Bens Transferidos do Consórcio	43.190,11
Despesa com Doação Bens Transferidos do Consórcio	6.683,56
SUB - TOTAL (DSD)	1.354.737,20
(-) Depreciação Bens Transferidos do Consórcio	43.190,11
(-) Despesa com Doação Bens Transferidos do Consórcio	6.683,56
TOTAL	1.304.863,53

**Nota 17.1)** Ressaltando que na nomenclatura "despesas trabalhistas" estão incluídos apenas os valores dos salários, férias e 13º salário, pois os encargos sociais (INSS, FGTS, e PIS sobre folha de pagamento), incidentes sobre esses salários são pagos através dos recursos financeiros estaduais.

**Nota 17.2)** As Certidões Negativas de Débitos, em relação aos recolhimentos dos encargos sociais são partes integrantes desses relatórios.

**Nota 18)** A conta provisão para contingências, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) foi revertida em 2015, para conta "receitas diferidas ANA", tendo em vista a recomendação constante no relatório de avaliação contábil referente as demonstrações contábeis de 2014. Sendo que a entidade delegatária entendeu necessária a constituição de nova provisão para contingências, considerando que o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser encerrado antes mediante a instituição de uma nova Agência de Água nas Bacias PCJ. Assim sendo, visando evidenciar essa possibilidade de não renovação ou mesmo o encerramento de forma antecipada, justifica-se dessa forma a constituição dessa nova provisão para contingências, em relação a verbas indenizatórias que seriam devidas no caso dessas rescisões contratuais de seus colaboradores, montante esse devido em 31/12/2015, no valor de R\$ 435.203,64 (quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e três reais e sessenta e quatro centavos), valor esse suportado pela sobra do custeio administrativo (7,5%) do ano de 2015. Provisão essa constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, mais especificamente no seu item 7.2.

**Nota 19)** Ações de apoio são recursos de investimento (incluído no percentual de 92,5% dos recursos federais) aprovados pelos Comitês PCJ para a execução de atividades específicas das quais a Fundação Agência das Bacias PCJ é a própria contratante e executante.

**Nota 20)** A conta empreendimentos contratados refere-se aos valores de investimento oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (incluído no percentual de 92,5% dos recursos federais) repassados pela Fundação Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos, para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês PCJ, com acompanhamento e autorização do agente técnico financeiro, que é a Caixa Econômica Federal.

**Nota 21)** A partir do exercício social de 2013 foi aprovado pelos Comitês PCJ o Plano de Aplicação Plurianual (PAP), já definido para os anos de 2013 a 2016, valores esses que são considerados investimentos (incluído no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos, cujas ações serão contratadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

**Nota 22)** O projeto EcoCuenas foi aprovado em 2014 pelo Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima) e tem como objetivo melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável. No mês de junho de 2015, a Agência das Bacias PCJ assegurou, por meio da assinatura de um Contrato de Consórcio, a sua participação no projeto em conjunto com o Ecologic Institute (Alemanha), Asconit (França), Senagua (Equador), Iragor (Peru), Corporación Cuenca Verde (Colômbia), Autoridad Nacional del Agua (Peru) e Rede Brasil de Organismos de Bacia (Brasil). Para a ação que abordará temas relacionados à governança, planejamento, financiamento e sistemas de informações que serão disponibilizados à Agência das Bacias PCJ, em 36 meses, 197.300 euros pela Comissão Europeia e 75.000 euros corresponderão a contrapartida da Agência das Bacias PCJ, sendo que esses recursos serão provenientes de sobra do custeio. Tais recursos poderão ser utilizados para custear contratação de prestação de serviços de consultoria e assessoria, salários de colaboradores técnicos e administrativos, além de viagens e diárias internacionais. O reconhecimento contábil de tal transação foi realizado através de uma conta no ativo denominada "Recursos EcoCuenas a Receber" de igual contrapartida no passivo nomeada "Receita Diferida - EcoCuenas" ao valor de R\$ 682.500,16 (seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos reais e dezesseis centavos) conforme cotação do ouro na data em que o contrato foi firmado em junho de 2015, sendo atualizado esse valor na data do encerramento do balanço, o saldo corrigido foi de R\$ 838.169,86 (oitocentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos). Ainda em outubro de 2015, foi firmado contrato de prestação de serviços com a empresa Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP utilizando o montante a ser repassado pelo Projeto EcoCuenas no valor de R\$ 902.880,00 (novecentos e dois mil, oitocentos e oitenta reais), reconhecido em conta do passivo "Projeto EcoCuenas", saldo esse que apresentou variação no fechamento das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 64.710,14 (sessenta e quatro mil, setecentos e dez reais e quatorze centavos), reconhecida em conta redutora do passivo denominada "(-/+) Variação/Supressão - Projeto EcoCuenas a Realizar".

**Nota 23)** As Receitas da Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com a Resolução CFC nº 1409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 30 - Receitas e NBC TG 1.000, e encontram-se evidenciadas na Demonstração de Superávit ou Déficit;

**Nota 23.1)** As receitas são subdivididas em Federais (ANA), Estaduais (FEHIDRO) e Estaduais (Secretaria Executiva dos Comitês), conforme quadros demonstrativos abaixo:

Receitas Federais	Valores em Reais
Receitas Transferência Federal (repasses)	9.820.872,99
Receitas Transferência Federal (custeio)	1.304.863,53
Receitas Transferência Federal (Ações de Apoio)	1.105.368,39
Receitas Transferência Federal (PAP)	9.351.233,30
Total das Receitas Federais	21.582.338,21
Receitas Estaduais	Valores em Reais
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	1.439.277,38
Receitas Financeiras (Aplicação FEHIDRO)	379.261,15
Receitas Transferência Estadual (Sec. Executiva Comitês)	39.718,68
Total das Receitas Estadual	1.858.257,21

**Nota 23.2)** Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente a 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

**Nota 23.3)** Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO/Royalties/compensação financeira, referente ao setor energético, com a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

**Nota 23.4)** Os recursos de origens federais (ANA) são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%) e Investimentos (92,5%).

**Nota 23.5)** Os recursos de origem do Projeto EcoCuenas serão aportados pela Comissão Europeia, sendo que a Agência das Bacias PCJ deverá respeitar as normas para adjudicação de contratos pelos beneficiários de subvenções no marco das ações exteriores da União Europeia quando utilizar tais recursos financeiros.

**Nota 23.6)** Tanto os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto os recursos federais, e também os recursos do Projeto EcoCuenas, são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS, ou seja, uma receita de realização futura no Passivo Não Circulante.

**Nota 23.7)** A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

"É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados."

Ainda:

"Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo."

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Fundação Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

**Nota 24)** As despesas da entidade são apuradas através de documentos idôneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio (federal e estadual);
- b) Ações de Apoio;
- c) Repasses;
- d) Plano de Aplicação Plurianual;
- e) Secretaria Executiva Comitês PCJ.

**Nota 25)** Os recursos da Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações do Comitê PCJ e os limites para Custeio;

**Nota 26)** O superávit do exercício de 2015 foi de R\$ 329.464,98 (trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos), e serão alocados no patrimônio da entidade da seguinte forma:

- a) Dedução de R\$ 43.190,11 (quarenta e três mil, cento e noventa reais e onze centavos), referente à despesa de depreciação, que será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);
- b) Dedução de R\$ 6.683,56 (seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos) referente, à despesa de doação dos bens transferidos do Consórcio PCJ, que será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);
- c) Superávit de R\$ 379.338,65 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), será alocado na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;

Descrição	Valores em Reais
Bens (transferidos do Consorcio PCJ) - Patrimônio Líquido	(49.873,67)
Fundo Patrimonial	379.338,65
Superávit exercício 2015	329.464,98

**Nota 27)** Contrato de Gestão

**Nota 27.1)** Os recursos federais são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e repassados para a Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme Contrato de Gestão nº 003/11 celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA), visando o exercício de funções de competência de Agência de Água.

**Nota 27.2)** Já os recursos de origem estadual são correspondentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual e transferidos para a Agência das Bacias PCJ pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, de acordo com a Lei Estadual nº 10.020/98, bem como os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

**Nota 28)** A ANA estabeleceu, através da Resolução nº 2019/2014, procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de Agências de Água, para a seleção e recrutamento de pessoal. No artigo 2º considera-se como pessoal os dirigentes e empregados remunerados com recursos da cobrança federal através do Contrato de Gestão ANA nº 003/2011. Os dirigentes são indicados e nomeados, enquanto os empregados devem ser contratados a partir da realização de processo de seleção. Ainda cabe destacar que, no artigo 6º, comenta-se sobre a possibilidade de aproveitamento de empregados da entidade delegatária anterior.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a Agência das Bacias PCJ está cumprindo com os dispositivos estabelecidos pela Resolução nº 2019/2014, já que remunera somente os salários líquidos dos 03 (três) dirigentes nomeados, 04 (quatro) coordenadores e 01 (um) assessor oriundos do Consórcio PCJ e 06 (seis) funcionários permanentes contratados a partir de Concurso Público.

Assim, no intuito de se adequar e cumprir rigorosamente as condições determinadas, a Diretoria da Agência das Bacias PCJ decidiu realizar, a partir do segundo semestre de 2015, tanto o pagamento dos salários líquidos quanto dos encargos sociais e trabalhistas dos Coordenadores Financeiro e de Gestão com recursos advindos da cobrança estadual paulista pelo uso de recursos hídricos. Ressalta-se que, ainda no exercício de 2015 a entidade ressarciu a conta do Contrato de Gestão ANA com os valores referentes aos salários líquidos do primeiro semestre de 2015 dos empregados ora mencionados no montante de R\$ 47.126,00 (quarenta e sete mil, cento e vinte e seis reais), transferido em 30 de dezembro de 2015 da conta corrente Banco do Brasil para conta corrente Caixa Econômica Federal, também ocorrendo nesta data a transferência do mesmo valor entre despesa de salários federal para a despesa com salários estadual. Ainda foi realizada a transferência entre despesas federais para despesas estaduais no valor de R\$ 8.477,17 (oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos) referentes à férias a pagar provisionadas durante o primeiro semestre e R\$ 5.449,62 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos) de 13º salário do mesmo período, totalizando um montante transferido de R\$ 13.926,79 (treze mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos).

**Nota 29)** Em 19 de agosto de 2015 a Agência das Bacias PCJ promoveu o ressarcimento, ao caixa do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, dos valores desembolsados para pagamento do Prêmio Yara, corrigidos pela caderneta de poupança, no montante de R\$ 22.387,15 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e quinze centavos), tendo em vista o recebimento de recursos para patrocínio deste evento junto à Caixa Econômica Federal.

**Nota 30)** Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

**Nota 30.1)** A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**Nota 30.2)** O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde discriminamos abaixo os valores efetivamente recebidos em 2015, bem como os pagamentos efetuados.

Movimentação Financeira - Federal 2015	
Saldo Inicial em 01/01/2015	71.571.425,73
(+) Recursos Recebidos - 2015	15.248.046,40
(-) Rendimentos Financeiros - 2015	5.309.903,96
(=) Sub Total	92.129.376,09
(-) Desembolsos Custeio Federal - 2015	1.290.121,66
(-) Desembolsos Repasses Empreendimentos - 2015	9.820.636,11
(-) Desembolsos Ações de Apoio - 2015	1.106.203,18
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual - 2015	9.136.326,31
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo - 2015	8.149,00
Saldo Final em 31/12/2015	70.767.939,83

**Movimentação Financeira - Estadual 2015**

Saldo Inicial em 01/01/2015	3.594.714,19
(+) Recursos Recebidos Custeio - 2015	1.373.710,82
(+) Recursos Recebidos - Secr. Exec. Comitês 2015	90.212,07
(+) Rendimentos Financeiros Custeios - 2015	379.261,15
(+) Rendimentos Financeiros Secr. Executiva 2015	87.213,85
(=) Sub Total	5.525.112,08
(-) Desembolsos Custeio Estadual - 2015	1.422.061,68
(-) Desembolsos Secretaria Exec. Comitês - 2015	39.894,89
Saldo Final em 31/12/2015	4.063.155,51

**Nota 31)** Doações/Garantias de Contrato/Contribuições Recebidas

continuação	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
<b>FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.</b>	contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
<b>Prezado Senhor Ivens de Oliveira</b>	<b>Responsabilidade dos auditores independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit do exercício, do fluxo de caixa, da demonstração das mutações do Patrimônio Social para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.	Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião
<b>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis</b> A administração da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas	sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
	<b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Piracicaba, SP, 29 de Janeiro de 2.016. <b>AUDIMAXI Auditoria Ltda</b> - CRC 2SP024964/O-3 <b>Ronan Lopes Alarcon</b> - Auditor CRC1SP081436/O-2 - CNAI 3.601 <b>Gerdi Roberto Pessin</b> - Auditor CRC1SP166563/O-3



**CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO I S.A.**  
CNPJ/MF nº 14.496.492/0001-62

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,** Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apresentação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais. **A Administração**

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	11.975	1.518
Impostos e contribuições sociais	138	84
Despesas pagas antecipadamente	35	35
	<u>12.113</u>	<u>1.637</u>
<b>Não circulante</b>		
Cauções e depósitos vinculados		489
		489
Imobilizado	102.500	60.976
	<u>102.500</u>	<u>60.976</u>
<b>Total do ativo</b>	<b>114.613</b>	<b>63.102</b>

	31/12/2015	31/12/2014
<b>PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	1.189	998
Impostos e contribuições sociais	40	317
Partes relacionadas	195	19.052
Debêntures		27.632
Empréstimos e financiamentos	3.572	
	<u>4.996</u>	<u>47.999</u>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	80.381	
Partes relacionadas		768
	<u>80.381</u>	<u>768</u>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	29.817	15.017
Prejuízos acumulados	(581)	(682)
	<u>29.236</u>	<u>14.335</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>114.613</b>	<b>63.102</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2014</b>		<b>(433)</b>	<b>(433)</b>
Aumento de capital AFAC - AGO de 08/10/2014	3.517		3.517
Aumento de capital - AGO de 08/10/2014	11.500		11.500
Prejuízo do exercício		(249)	(249)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>15.017</b>	<b>(682)</b>	<b>14.335</b>
Aumento de capital - AGO de 12/02/2015	4.350		4.350
Aumento de capital - AGO de 30/03/2015	10.450		10.450
Lucro líquido do exercício		101	101
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>29.817</b>	<b>(581)</b>	<b>29.236</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

#### 1. Contexto operacional

A Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. (Companhia ou Baixa do Feijão I), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2011, controlada da EDP Renováveis Brasil S.A. (EDPR), tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Baixa do Feijão I, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades.

A Companhia tem sede e foro na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 17º andar, sala 2, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

#### 1.1 Autorização do Parque Eólico Baixa do Feijão I

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 471 de 10 de agosto de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Baixa do Feijão I, constituída de 15 Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada e 14.800 kW médios de garantia física de energia, localizada no município de Jandaira no estado do Rio Grande do Norte.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 14 de agosto de 2012 e o término em 14 de agosto de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da autorizada. A data prevista para a Companhia entrar em operação comercial é 1º de janeiro de 2016.

A Companhia, conforme contratos assinados de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), deverá a partir de 1º de janeiro de 2016, iniciar o despacho de energia para fins de cumprimento desses contratos, os quais vencerão em 31 de dezembro de 2035. Considerando-se a indisponibilidade do ponto de interconexão, fato este que não está sobre o controle da Companhia, não será possível despacho de energia a partir de 1º de janeiro de 2016.

Devido ao descasamento entre a data de operação do Parque Eólico em 1º de janeiro de 2016 e do ponto de conexão (ICG) em 31 de março de 2016, a Companhia solicitou à ANEEL a concatenação dos cronogramas, e consequentemente, o adiamento da entrada em operação da usina.

Em 23 de fevereiro de 2016, por meio do Despacho nº 456, a ANEEL de acordo com as deliberações da Diretoria, acatou e, portanto postergou a data para início da comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) da Companhia, para 31 de julho de 2016, a fim de concatená-la com a entrada em operação da Subestação SE João Câmara III.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

#### 1.2 Acordo de acionistas

Em dezembro de 2014, a controladora EDP Renováveis Brasil S.A. (EDPR) chegou a acordo com a CWEI (Brasil) Participações Ltda. - atual China Three Gorges Brasil Energia Ltda. ("CTG Brasil"), uma empresa controlada pela China Three Gorges ("CTG"), para a venda de participação acionária representativa de 49% do capital social da Companhia. Em 19 de maio de 2015, a EDPR e a CTG Brasil concluíram a transação. Mesmo com a venda da participação, a EDPR mantém o controle da Companhia (nota 15).

A partir de 19 de maio de 2015, a Companhia passou a ser regida pelo novo Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital, EDP Renováveis Brasil S.A. (51%) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (49%).

#### 2. Patrimônio Líquido

##### 2.1 Capital Social

Em 12 de fevereiro de 2015, os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R\$4.350 representando 4.350.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizadas mediante a depósito em moeda corrente nacional.

Em 30 de março de 2015, os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R\$10.450 representando 10.450.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizadas mediante a depósito em moeda corrente nacional.

O capital social em 31 de dezembro de 2015 totalmente integralizado é de R\$29.817 (2014 R\$15.017). O capital social é composto de 29.816.713 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de posse 51% da EDP Renováveis Brasil.

Em 19 de maio de 2015, a EDP Renováveis Brasil detentora de 100% das ações da Companhia, aprovou a venda de 49% das ações à CWEI (Brasil) Participações Ltda. Mesmo com a venda da participação a EDPR continua com o controle da Companhia, conforme acordo de acionista (nota 1.2).

A composição acionária fica da seguinte forma:

Acionistas	Ações Nominativas		%	%
	2015	2014		
EDP Renováveis Brasil	15.206.524	51	15.016.712	100
CWEI (Brasil) Participações Ltda.	14.610.189	49		
Total	<u>29.816.713</u>	<u>100</u>	<u>15.016.712</u>	<u>100</u>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

#### 3. Resultado por ação

O Resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Despesas e receitas</b>		
Despesas gerais e administrativas	(208)	(185)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(208)</b>	<b>(185)</b>
Receitas financeiras	503	97
Despesas financeiras	(39)	(134)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>464</b>	<b>(37)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>256</b>	<b>(222)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(155)	(27)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>101</b>	<b>(249)</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ação)	0,00000340	(0,0000166)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>101</b>	<b>(249)</b>
Outros resultados abrangentes		
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>101</b>	<b>(249)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	256	(222)
Ajustes exercícios anteriores		
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		(63)
Encargos de dívidas sobre debêntures	256	(285)
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(54)	(77)
Cauções e depósitos vinculados		(489)
Despesas pagas antecipadamente	34	
	<u>(20)</u>	<u>(566)</u>

#### Aumento (redução) de passivos operacionais

Fornecedores	193	939
Outros tributos e contribuições sociais	(321)	312
	<u>(128)</u>	<u>1.251</u>

#### Caixa proveniente das atividades operacionais

Juros pagos	(4.464)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(112)	(144)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(4.468)</b>	<b>256</b>

#### Fluxo de caixa das atividades de investimento

Adições ao imobilizado e intangível	(35.577)	(33.705)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(35.577)</b>	<b>(33.705)</b>

#### Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Partes relacionadas	(19.625)	17.473
Aumento de capital	14.800	11.500
Captação de empréstimos e financiamentos	79.077	
Amortização do principal de debêntures	(23.750)	

#### Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos

	<u>50.502</u>	<u>28.973</u>
--	---------------	---------------

#### Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.975	1.518
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.518	5.994
	<u>10.457</u>	<u>(4.476)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o Resultado por ação do exercício. Dessa forma, o Resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao Resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do Resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	101	(249)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	29.817	15.017
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,00000340</u>	<u>(0,0000166)</u>

#### DIRETORIA

**Renato Volponi Lício**  
Diretor-Presidente

**Filipe Domingues**  
Diretor Financeiro

#### CONTADOR

**João Mauricio Gumiero**  
Contador CRC 1SP165264/O-0

As Demonstrações Financeiras na íntegra, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, devidamente acompanhadas do parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade.